



Prefeitura do Município de Quatro Pontes
Estado do Paraná



LEI Nº 612/2006

DATA: 20 DE JUNHO DE 2006

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

DA FINALIDADE

Artigo 1º - *A Política Municipal do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.*

Artigo 2º - *Considera-se idoso, para os efeitos desta Lei, a pessoa maior de sessenta e cinco (65) anos de idade.*

Artigo 3º - *Ao Município de Quatro Pontes, através de seus órgãos e entidades, compete:*

- I - coordenar as ações relativas à Política Municipal do Idoso;*
- II - participar na formulação, no acompanhamento e na avaliação da Política Municipal do Idoso;*
- III - promover as articulações intra-setoriais e inter-setoriais necessárias à implementação da Política Municipal do Idoso.*

Artigo 4º - *Todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso.*

Artigo 5º - *O idoso que não tenha meios de prover à sua própria subsistência, que não tenha família ou cuja família não tenha condições de prover a sua manutenção, terá assegurado a assistência pelo Município de Quatro Pontes, conforme prevê a política municipal do idoso.*

Artigo 6º - *Em entidades de caráter asilar é vedada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social.*



Prefeitura do Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná



Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Seção I Dos Princípios

Artigo 7º - A Política Municipal do Idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem estar e o direito à vida;

II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V - as diferenças econômicas, sociais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Município de Quatro Pontes deverão ser observadas pelo Poder Público Municipal e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei.

Artigo 8º - As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme a Lei nº 8.842, de 1994.

Parágrafo único - As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos:

I - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II - apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho, compatíveis com os princípios desta Lei;

III - estar regularmente constituída;

IV - demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.

Seção II Das Diretrizes

Artigo 9º - Constituem diretrizes da Política Municipal do Idoso:

I - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;



Prefeitura do Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná



II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implantação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;

III - implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos por cada órgão municipal responsável;

IV - estabelecimento de mecanismos de divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;

V - priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços;

VI - apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

Capítulo III

DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Artigo 10 - Compete ao Departamento de Saúde e Bem Estar Social a formulação, proteção, promoção social e coordenação geral da Política Municipal do Idoso, com a participação do Conselho Municipal do idoso.

Artigo 11 - O Conselho Municipal do Idoso é órgão consultivo, de caráter permanente e de composição paritária entre Governo e Sociedade Civil, responsável pela fiscalização e controle da Política Municipal do Idoso.

Artigo 12 - Compete, ao Conselho Municipal do Idoso, a coordenação, supervisão e avaliação da Política Municipal do Idoso, no Município de Quatro Pontes - PR.

Capítulo IV

DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Artigo 13 - Na implementação da Política Municipal do Idoso, são prioridades, entre outras:

I - do Departamento de Saúde e Bem Estar Social:

a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais;

b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares, albergues e outros;

c) promover simpósios, seminários e encontros específicos;



Prefeitura do Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná



- d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso no Município;*
- e) promover a capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso.*
- f) garantir ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde;*
- g) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas profiláticas;*
- h) desenvolver formas de cooperação entre as demais Secretarias para treinamento de equipes inter-profissionais;*
- i) fiscalizar, através do competente órgão municipal de vigilância sanitária, as condições necessárias para o funcionamento de entidades destinadas ao atendimento do idoso;*

III – do Departamento de Educação, Cultura e Esportes:

- a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;*
- b) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;*
- c) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais;*
- d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;*
- e) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.*

IV – do Departamento de Desenvolvimento Econômico:

- a) incentivar a participação do idoso quanto a sua reintegração no mercado de trabalho, no setor público e privado;*

Capítulo V

DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Artigo 14 - O Conselho Municipal do Idoso será composto de 8 (oito) membros, sendo:

I - 04 (quatro) conselheiros titulares com os respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo e representando os seguintes órgãos e entidades governamentais do Município:

- a) Departamento de Saúde e Bem Estar Social;*
- b) Departamento de Educação, Cultura e Educação;*
- c) Assessoria Jurídica;*
- d) Departamento de Desenvolvimento Econômico;*

II - 04 (quatro) conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados por entidades não-governamentais e nomeados pelo Poder Executivo, eleitos pelo Clube de Idosos de Quatro Pontes;

§ 1º - A função do Conselheiro não será remunerada, tem caráter relevante e seu exercício é considerado prioritário.



Prefeitura do Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná



§ 2º – A primeira reunião do Conselho Municipal do Idoso se dará no primeiro dia útil do mês em que forem nomeados os conselheiros.

Artigo 15 – O mandato do conselheiro será de dois anos, permitida a recondução.

Parágrafo único – Nas ausências ou impedimentos dos conselheiros titulares, deverão assumir seus respectivos suplentes.

Artigo 16 – Perderá o mandato o Conselheiro que faltar a três (03) reuniões consecutivas ou seis (06) alternadas, salvo justificativa aprovada pela Assembléia.

Artigo 17 – O Conselho Municipal do Idoso terá a seguinte estrutura:

I – Assembléia-Geral;

II – Diretoria.

Artigo 18 – A Assembléia-Geral é órgão soberano do Conselho Municipal do Idoso e a ela compete exercer o controle da Política Municipal do Idoso, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único – As reuniões do Conselho Municipal do Idoso e a forma de sua condução serão definidas no Regimento Interno.

Artigo 19 – A Diretoria do Conselho é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, que serão escolhidos dentre os seus membros, em quorum mínimo de 2/3 (dois terços), eleitos pela Assembléia-Geral, na primeira reunião, que será presidida pelo conselheiro mais velho.

Parágrafo Único – As competências e atribuições dos membros da Diretoria serão definidas no Regimento Interno.

Capítulo VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 20 – As organizações de assistência social, públicas ou privadas, bem como toda e qualquer entidade, com ou sem caráter assistencial com atuação na área do idoso, deverão inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único – O Conselho Municipal de Assistência Social, deverá, antes de conceder inscrição ou registro, às entidades e organizações de que fala o “caput” deste artigo, remeter o pedido, primeiramente, para apreciação do Conselho Municipal do Idoso que, por escrito, dará seu parecer.

Artigo 21 – Cabe ao Departamento de Saúde e Bem Estar Social elaborar o diagnóstico e o Plano Integrado Municipal do Idoso em parceria com o Conselho Municipal do Idoso, além de oferecer infra-estrutura necessária para a instalação, manutenção e funcionamento do referido conselho.

